

Educação Afrocêntrica: um currículo decolonial e antirracista na educação infantil

Afrocentric Education: a decolonial and anti-racist curriculum in early childhood education

JULIANA SANTOS DE SANTANA

Faculdade Unyleya

Resumo: O presente artigo visa, por meio de revisão de literatura, tratar da importância do afrocentramento da educação infantil na cidade, apontando por meio de dados estatísticos a cidade de Salvador como objeto de estudo, juntamente com os referenciais teóricos e o projeto político pedagógico de uma instituição afrocêntrica, busca justificar a necessidade de racializar as práticas pedagógicas desde a construção do currículo educacional até a sala de aula com crianças de 0 a 5 anos. Esse trabalho aponta como a educação afrocêntrica e a pedagogia histórico crítica caminham juntas na construção da referência Escolinha Maria Felipa, de renome municipal, juntamente com outras instituições Pan africanistas que pautam o conhecimento ancestral de África como conhecimento possível nas instituições de educação infantil. Centradas nos pilares da afrocentricidade, agência e cosmovisão, apresentam uma outra perspectiva curricular que deslocam o padrão branco intelectual e aponta para outras culturas, não somente de África, como de diáspora e indígena.

Palavras-chave: Educação antirracista. Descolonialidade. Sankofa. Educação afrocentrada. Educação Infantil.

Abstract: This article aims, through a literature review, to address the importance of afrocentering early childhood education in the city, pointing out, through statistical data, the city of Salvador as an object of study, together with the theoretical references and the political pedagogical project of a Afrocentric institution, seeks to justify the need to racialize pedagogical practices from the construction of the educational curriculum to the classroom with children from 0 to 5 years old. This work points out how Afrocentric education and critical historical pedagogy go together in the construction of the reference “Escolinha Maria Felipa”, of municipal renown, together with other Pan Africanist institutions that guide ancestral knowledge of Africa as possible knowledge in early childhood education institutions. Centered on the pillars of Afrocentricity, agency and worldview, they present another curricular perspective that shifts the white intellectual pattern and points to other cultures, not only in Africa, but also in diaspora and indigenous.

Keywords: Anti-racist education. Decoloniality. Sankofa. Afrocentric education. Early childhood education.

1 Introdução

É necessário garantir para as crianças uma educação diversa cultural e intelectualmente. Abandonando o lugar de colonizados pelos conhecimentos eurocentrados, o currículo educacional pode e deve apresentar uma diversidade que foge do lugar comum de uma educação monocultural (KARENGA, 2009) que coloca o conhecimento brancocêntrico cis hetero patriarcal (*centrado no homem branco heterossexual e afetivo*) como única possibilidade, diante de uma vasta gama de conhecimentos disponíveis sobre outros povos e suas culturas.

Partindo dessa perspectiva é evidente a necessidade e importância de descolonizar a educação infantil, afim de garantir aos sujeitos que acessam o espaço escolar possibilidades de positivarem suas existências e potencializar suas identidades enquanto sujeitos integrantes da história, e produtores de conhecimento.

Franz Fanon (1968), ao tratar dessa temática é assertivo e corrobora a perspectiva de que a descolonização produz algo novo e diferente daquilo que já está historicamente pautado.

A descolonização jamais passa despercebida porque atinge o ser, modifica fundamentalmente o ser, transforma espectadores sobrecarregados de inessencialidade em atores privilegiados, colhidos de modo quase grandioso pela roda viva da história. Introduce no ser um ritmo próprio, transmitido por homens novos, uma nova linguagem, uma nova humanidade. A descolonização é, em verdade, criação de homens novos (FANON, 1968, p.26).

A descolonialidade é um conceito que apresenta de maneira incisiva a importância de deslocar o modo de se observar o conhecimento, e que pauta a importância do afrocentramento intelectual na construção de identidades. A afroperspectiva descolonial apresentado por Franz Fanon na obra *Condenados da Terra* apresenta uma cosmovisão de retorno ao que foi deixado para trás (tal qual a filosofia do povo Akan – *da retomada daquilo que ficou no passado*) e valorizar o conhecimento produzido em África e por seus diaspóricos trazendo-o para o espaço de importância e relevância na construção de subjetividades.

É perceptível que a educação brasileira nos diferentes níveis educacionais, reproduz padrões de colonialidade que permanecem na vida social nas dimensões de ser e saber. Tendo seu referencial pautado no marco europeu colonialista, o Brasil deixa de ser colônia, mas o padrão de civilidade não deixa de ser colonizado, e essa civilidade desumaniza todo aquele que não tem a chance de contar a sua própria história.

Construir um currículo descolonial e afrocentrado permite que as crianças não brancas conheçam o mundo em que o homem branco não está no centro das ações, e possibilita a todo o grupo entender como as relações sociais são fluídas e não devem ser subvertidas a questões hierárquicas baseadas na cor da pele. Positivar a existência e a história dos povos de África e seus diaspóricos devolve a humanidade e rompe com um ciclo secular de animalização dos negros. Esse processo pode e deve ser iniciado desde a infância, por ser a fase de construção de caráter e referências. Uma sociedade que reconhece que a história do

povo preto não começa na escravização tem a chance e o embasamento necessário para conhecer outras histórias.

Um currículo antirracista permite que as crianças conheçam outras perspectivas de cultura e desenvolvimento da humanidade, tanto em produção de conhecimento quanto em estruturação social, cultural e econômica. Desloca o eixo socialmente construído de que a negritude se resume a servidão e favelização e apresenta para as crianças negras uma gama de possibilidades de constituir identidades e reduzir desigualdades. Colocando os diversos grupos em lugar de paridade, apresentando a pluralidade de perspectivas do ser e saber. Remover a educação infantil do lugar dos contos de fadas europeus e aproximar de histórias como as escritas pela escritora baiana Livia Natália e Kiusam de Oliveira, que apresentam para as crianças outros príncipes e princesas, outras mitologias e o protagonismo negro nas narrativas, permite que as crianças negras se sintam protagonistas e se reconheçam nesses personagens e construam um arsenal de referências poderosas e empoderadoras.

A filosofia africana Akan, como supracitada, traz o elemento de Sankofa, que ilustra muito bem esse lugar da importância do afrocenramento da educação. Sankofa (sanko – voltar, fa – esqueceu) literalmente significa “voltar ao que foi esquecido”; ele representa a ideia de que nunca é tarde para voltar e buscar aquilo que ficou para trás (CERQUEIRA, 2016), dando significado a ideia de que se olhando para o passado é possível ressignificar o presente. Essa filosofia possui extrema relevância nesse contexto, pois permite ressignificar a maneira que culturalmente olha-se para as questões de ancestralidade africana, e por tratar de um conhecimento produzido pelo povo negro também se coloca como uma alegoria para que não se esqueça a importância dos ancestrais. O conhecimento produzido pelas nações de África é muito antigo, inclusive quando relacionado aos produtos apontados como conhecimento produzido por europeus; sendo este segundo valorizado na comunidade científica e estabelecido como padrão nos diferentes níveis educacionais do Brasil.

Mesmo depois de pesquisas que comprovam que o conhecimento já era produzido no continente África antes de outros locais, como a datação de múmias, a construção de pirâmides, a descoberta do fóssil mais antigo do mundo, entre outros; a produção intelectual africana ainda não é o padrão regular nas escolas, sequer na educação infantil – os anos iniciais de inserção dos sujeitos na instituição escolar. Por muito tempo se tem conhecido um padrão educacional hierarquizado e eurocêntrico aplicado de maneira geral na estrutura educacional brasileira.

Os cinco campos de experiências determinados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação infantil, permite uma gama de possibilidades educacionais e de práticas político-pedagógicas para as instituições escolares. Nos eixos determinados: eu, o outro e nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaço, tempo, quantidade, relações e transformações; a BNCC determina essa base de experimentação da criança e possibilita que nos diferentes contextos culturais, geográficos e sociais as abordagens sejam contextualizadas mediante a aplicabilidade na conjuntura acadêmica e das práticas pedagógicas.

A Lei 10.639 de 2003 estabelece a obrigatoriedade do ensino de História da Cultura Afro-Brasileira e determina que esses conhecimentos devem ser inclusos nos diversos níveis escolares a partir de suas demandas específicas (BRASIL, 2003). Em 2008 essa lei foi

atualizada, visando inserir os povos indígenas e para que esses conteúdos fossem “ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (BRASIL, 2008). Com base nesta segunda lei, surgiram nos últimos anos algumas instituições na cidade de Salvador que têm seu projeto político pedagógico pautados numa perspectiva antirracista, afrocêntrica, decolonial, voltada para as questões de ancestralidade negra, e também de povos ameríndios.

O artigo 29, que trata da educação infantil da lei 9.394 dispõe que

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Para possibilitar o desenvolvimento integral dessa criança desde a mais tenra idade é de suma importância que seja assegurado as mesmas o direito de conhecer sua história ancestral, e construir perspectivas de futuro com fundamento. Compreendendo sobre os lugares sociais que os povos africanos ocupavam antes de serem escravizados, e reconhecendo o que é a África no século XXI, e o que é ser ou viver em sociedade com outros sujeitos de diáspora,

ora, abordar a cultura africana pelo lúdico, não significa negar as dores da Diáspora, mas afirmar o protagonismo e a sensibilidade artística desses homens e mulheres. É essa força de recriação de seu mundo que vemos na criança africana que hoje transforma lixo em brinquedo, que usa a terra como tabuleiro, que faz sua bola de panos velhos e sai a jogar futebol. É essa força criativa que vemos nas canções afro-paraenses da cidade de Cameté que tornam poesia o cotidiano pauperizado, quando cantam ‘mamãe meu namorado já chegou/ não tem café com açúcar para dar pro meu amor/ amarra a rede e manda ele deitar/ não tem café com açúcar deixa a barriga roncar’ (CUNHA, 2016, p. 17).

2 Currículo Decolonial e Antirracista

A liberdade de construir um currículo baseado numa pedagogia histórico crítica para a educação infantil possibilitou experiências como a da Escolinha Maria Felipa, idealizada pela Profa. Dra. Bárbara Carine Pinheiro, mãe, militante negra e integrante do corpo docente da Universidade Federal da Bahia.

A instituição possui como base a decolonização da educação infantil e todo o projeto da instituição é desenvolvido para pautar a educação em uma perspectiva afrocêntrica e ameríndia. Dentro desse eixo educacional a cidade de Salvador também conta com a instituição Pan africanista Escola Winnie Mandela e a Escola Mãe Hilda, filiada ao bloco afro Ilê Aiyê.

É oportuno destacar que em um currículo pautado na pedagogia histórico- crítica, o que se almeja não é a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a formação de consciência crítica com o conhecimento crítico, para uma

prática social que possa fazer alterações na realidade no plano do conhecimento e no plano histórico-social (MALANCHEN, 2014).

Pautada nessa teoria, a Escola Mãe Hilda, cujo principal objetivo é “formar cidadãos conscientes e capazes, oferecendo conteúdos e habilidades necessários à inserção no ambiente social de forma digna” traz no seu currículo aspectos da cultura e história afro-brasileira implantando-as no cotidiano escolar. O material pedagógico utilizado na escola é produzido pelo Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê: os chamados “Cadernos de Educação” são específicos dessa instituição, e trabalha em consonância com a lei 11.645, junto com as questões de equidade racial e de gênero (ILÊ AIYÊ, 2020).

A construção da Escolinha Maria Felipa parte da necessidade de um espaço institucional como esse na cidade de Salvador, que apesar de majoritariamente constituída de pessoas autodeclaradas negras, ainda possui essa carência de referências educacionais. O Projeto Político Pedagógico da escola aponta a importância da existência desse tipo de educação para esse grupo escolar:

Propomos uma escola infantil afro-brasileira, pois compreendemos que grande parte da nossa origem ancestral reside na diáspora africana para as Américas. Um episódio macabro e doloroso da história universal, mas que precisa ser recordado e analisado para compreendermos a condição atual da população negra no Brasil. Não se trata apenas de fazer memória e menção honrosa as nossas e aos nossos ancestrais, mas trata-se de compreendermos de onde viemos para entendemos aquilo que somos e articularmos os passos de para onde queremos ir (PROJETO, 2020, p.27).

O mesmo documento ainda trata a importância de uma educação antirracista, afrocentrada como agente da redução de disparidade “causadas pelas hegemonias construídas com base em diferenças raciais”.

Dentro do projeto pedagógico da Maria Felipa existe uma ótica que é de suma importância destacar, pois visa dar voz a narrativas desprivilegiadas e inserir as crianças em um processo de socialização pautado no valor da diversidade e das diferenças (PROJETO, 2020).

O que chama atenção na construção do currículo dessa escola, é o que foi denominado de “calendário descolonial” (Tabela 1), em que as temáticas trabalhadas nas classes são baseadas em datas comemorativas que mesclam os feriados nacionais católicos, as festividades populares locais, as mitologias de matrizes africanas e as datas festivas dos povos indígenas.

Tabela 1 – Calendário Descolonial da Escolinha Maria Felipa do ano de 2020.

Jan	Lavagem do Bonfim Revolta dos Malês
Fev	Festa de Iemanjá Lavagem de Itapuã Carnaval
Mar	Dia Internacional da Mulher Festa ou Corrida do Umbu Marielle Vive

	<p>Dia da Poesia Dia da Água Dia do Circo</p>
Abr	<p>Dia do Livro Festa do Toré Feijoada de Ogum e Mitologia de Oxóssi Páscoa Cristã Não descobrimento do Brasil Dia da dança</p>
Mai	<p>Dia da trabalhadora/trabalhador Pessoas Negras Ícones da Abolição da Escravatura</p>
Jun	<p>Dia do meio ambiente Santos Juninos Solstícios Egípcios Festa indígena Inti Raymi Fogueira de Xangô Dia da diversidade</p>
Jul	<p>Julho das pretas Independência do Brasil na Bahia (História da Heroína Maria Felipa) Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha Mitologia de Nanã</p>
Ago	<p>Dia da Capoeira Dia Internacional por Povos Indígenas Dia dx Estudante Revolta dos Búzios Festa da Irmandade da Boa Morte Mitologia de Omolú e Obaluaê Marcha das Margaridas (dia do Campo)</p>
Set	<p>Dia da família Dia do trânsito Cosme e Damião/Erês</p>
Out	<p>Dia da Música Dia das Crianças/História de Nossa Senhora Aparecida Dia dxs Professorxs Festa das Águas (Pataxó)</p>
Nov	<p>Dia da Consciência Negra Revolta da Chibata Dia Internacional das Baianas de Acarajé</p>
Dez	<p>Dia Nacional do Samba</p>

	Mitologia de Iansã Natal Cristão Kwanzaa
--	--

Fonte: Plano de aulas do curso de Formação Pedagógica da Escolinha Maria Felipa, elaboração própria.

Esse tipo de projeto abarca uma dinâmica que compreende os diferentes olhares para o mundo, de diferentes culturas, valorizando a diversidade cultural e intelectual dos diferentes povos, apresentando as crianças o potencial educativo constitutivo na diversidade. Esse tipo de projeto coloca a criança (seja ela negra ou não negra) em um mundo real, em que não existe centro em uma cultura dominante e não pauta relações de poder intelectual. É um projeto que valoriza as diferenças, desde os profissionais que trabalham na instituição, até os conteúdos trabalhados nos diferentes níveis escolares.

A Profa. Dra. Ana Benite Canavarro, presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), adiciona ao projeto político pedagógico da Maria Felipa a seguinte abordagem:

uma escola afrocentrada deve prioritariamente ter localização epistêmica. Uma educação afrocentrada precisa por no centro África e sua diáspora. Porém, não se pode fazer isso de maneira ortodoxa, se não cairemos na mesma armadilha do eurocentrismo. É preciso ter elementos curriculares em toda a proposta que trate a história, a linguística, a política enfim, a cultura científica percebendo o povo africano e da diáspora como sujeitos e agentes. É preciso sim se apropriar dos cânones eurocêtricos para que se dialogue sobre como estes construíram lugares periféricos e a partir daí trabalhar na construção de autodefinição positiva e assertiva (PROJETO, 2020, P.7).

2.1 O currículo e a práxis

Uma pedagogia Afrocêntrica tem como conceitos básicos: *agência* (autonomia, autossuficiência e autossustentabilidade) – onde o agente se centraliza em sua própria perspectiva e permite que as crianças se reconheçam como centro de suas próprias histórias; *cosmovisão* (a visão do mundo que se afasta do senso comum) apresenta a pluralidade de culturas e histórias e de como os olhares para o mesmo mundo podem ser diferentes; e *centro* (centro positivo das histórias) coloca as pessoas pretas como agente e influente da produção de conhecimentos. O papel da afrocentricidade é aproximar a educação e as ciências dos sujeitos participantes, é causar nas crianças o reconhecimento e pertencimento para que elas compreendam o papel da instituição escolar ao longo da vida.

Em seu artigo “Valores civilizatórios afro-brasileiros na educação infantil” Azoilda Trindade (2005) discorre sobre como o currículo da educação infantil pode ser construído em uma ótica afrocentrada e aponta seis elementos da ancestralidade africana que podem ser utilizados como eixos norteadores da prática pedagógica e que respeitam os campos de experiência determinados pela base curricular. Oralidade, circularidade, corporeidade, musicalidade, ludicidade e cooperatividade, são norteadores de uma educação afrocêntrica

e cabe ainda adicionar a estes o respeito aos mais velhos e a natureza, que são marcas importantes das religiões de matrizes africanas.

Os campos de experiência servem para que se cumpra os objetivos de aprendizado das crianças em cada faixa etária (BRASIL, 2017). Marcado pelo progresso do desenvolvimento cognitivo e social da criança, visando apresentar a possibilidade de alcançar lugares de autonomia, esses campos são norteadores do currículo e da prática pedagógica.

Assim, falar de ludicidade africana e afro-brasileira é remeter a vivência lúdica alimentada pelos conteúdos, valores, histórias, ritmos, enfim, pela cultura negra, em suas mais diferentes manifestações. Sejam os fragmentos de cultura dos antigos povos africanos, como seus Mancalas e o Senet, sejam as expressões musicais contemporâneas, como o Hip Hop (CUNHA, 2016, p. 16).

A expressão oral é uma marca dos povos africanos e diaspóricos: a contação de histórias, o repasse de conhecimento dos mais velhos para os mais novos através da oralidade é um ponto fortemente reconhecido (TRINDADE, 2005), que se assemelha ao campo de experiência escuta, fala, pensamento e imaginação. Esse campo de experiência traz a comunicação como prática necessária para a formação dos sujeitos da relação educativa na práxis. (BRASIL, 2017). A prática de rodinhas é uma marca da educação infantil: o momento de conversa e troca entre as crianças e os professores onde se compartilha saberes, histórias e onde experiências são contadas, um exemplo de como a oralidade é valorizada na educação infantil. As rodas, na cultura afro-brasileira, possuem valor civilizatório – a circularidade está presente em elementos como o samba, a capoeira, as cirandas, e outros instrumentos culturais ancestrais que devem ser resgatados na construção de um referencial para a prática educacional (TRINDADE, 2005).

Outro elemento apontado como eixo educativo é a corporeidade, partindo da ótica de que a diáspora é constituída dos herdeiros de uma África que foi arrancada pelas raízes trazendo para o continente apenas seus corpos como patrimônio. (TRINDADE, 2005) Sem valorizar a ideia narcisista dos corpos, é preciso apresenta-los as crianças sob a perspectiva do respeito, cuidado e desenvolvimento enquanto matéria e material substancial da vida e das práticas diversas. A BNCC possui o campo de experiência corpo, gestos e movimentos e a este se relaciona questões como a dança e a música, expressões diversas de linguagem, espaço das artes (fotografia, pintura e outros) e objeto de produção de conhecimento, tal qual as marcas afrocêntricas (BRASIL, 2017).

Acredito, portanto, que inserir na prática pedagógica as contribuições dos não-brancos para humanidade e expandi-la através de perspectivas não eurocênicas – no que se refere à história, cultura, língua, política, economia, tecnologia e ciência –, torna o processo ensino-aprendizagem e a socialização escolar menos traumáticos, mais plurais e emancipadores (NJERI, 2019).

Arquitetar uma prática pedagógica antirracista, permite que se construa uma perspectiva social em que as lutas raciais sejam atenuadas. Principalmente se tratando de Salvador, uma cidade constituída em boa parte pela população autodeclarada negra, segundo o Censo de

2015 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerada a capital mais negra do Brasil, com mais de 50% da população identificada no grupo de pretos e pardos no quesito raça/cor (MORENO, 2016).

Larissa Pereira Ramos, mulher preta, estudante de enfermagem e Yalósé do terreiro Ilê Asé Iyan Laosí, fala sobre o lugar de respeito aos mais velhos e como é ser uma criança crescendo dentro de uma religião afro-brasileira (*em conversa informal*) e sinaliza parâmetros curriculares da educação sem ser uma estudante da área. O respeito a natureza é uma marca forte dentro dos terreiros de candomblé: o culto ao Deus das folhas, e seus poderes de cura são conhecimentos passados de mais velhos para os recém chegados como herança dos Deuses que cultuam. Traz a importante fala “não existe candomblé sem folha”, que faz referência a importância do elemento natural na vida do povo de santo.

Esse é um dos elementos que estrutura a educação infantil, apresentar às crianças o meio ambiente e tratar da sua preservação, passar para a criança a visão de que ela é parte de um mundo biologicamente diverso e essas diferentes formas de vida merecem cuidado e respeito não apenas por sua existência, mas para a sobrevivência do mundo como é conhecido.

A autora da obra “A Criança e a Natureza – Experiências educativas nas áreas verdes como caminhos humanizadores” Izenildes Lima (2020) em entrevista com o portal da Prefeitura de Salvador, traz a fala de como o contato com a natureza apresenta benefícios ao processo de aprendizagem da criança.

Ao cuidar das coisas do mundo natural, as crianças aprendem valores solidários e amorosos com a vida, aprendem a escutar a linguagem da natureza, podem aprofundar a conexão consigo mesmas e desenvolvem o sentimento de comunhão com os demais seres. A intimidade com a Natureza se apresenta como um importante caminho para o nosso processo de humanização (LIMA, 2020).

A BNCC ainda traz em seu documento outros dois campos de experiências: traços, sons, cores e formas; e espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Sendo o primeiro responsável por determinar que as experimentações pautadas em manifestações artísticas, culturais e científicas dos diferentes lugares do mundo devem estar inseridas no cotidiano da criança dentro da instituição escolar. Referente a isso se tem a musicalidade e a ludicidade nas práticas pedagógicas afrocentrada – que apontam a importância e relevância ancestral desses elementos artísticos. As músicas populares do Brasil (diferente de MPB – música popular brasileira) em grande parte foram criadas ou difundidas por negros e negras, e mais fortemente na Bahia tem-se o samba e o axé. Se tratando de mundo se tem o Jazz, o Rock, o Hip Hop, o Soul e tantos outros gêneros musicais que tem ascendência de África e que não são frequentemente inseridos na educação infantil e em nenhum outro nível escolar.

Em sua coleta na produção do livro *Brincadeira Africanas para a Educação Cultural*, Cunha (2016) sinaliza a presença de muitas brincadeiras com influência musical nas diferentes regiões de África,

Outra característica presente em muitas brincadeiras coletadas é a organização e estética coreográfica, pois estas possuem movimentos e ritmos próprios. Tal coreografia pode surgir guiada pelo instrumento do jongo, como em “Saltando o

feijão”, pela estratégia do jogo, como em “Pegue a calda”, pelo coordenador da brincadeira, como ocorre em “Gato e rato”, pela regra do jogo, como em “Sankatana”, ou ainda pela coreografia do brinquedo cantado, como em “SiMama kaa” e “Obwisana”. A força coreográfica dos brinquedos africanos remete a dança e a musicalidade como elementos de diversão, prazer e autoconhecimento (CUNHA, 2016, p. 24).

O campo seguinte, segundo supracitado, trata de apresentar as crianças as noções de dimensões e espaços físicos e sociais, inserindo-as no mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais. Análogo a esse campo de experiência está a base da cooperatividade, que é ponto constitutivo da negritude enquanto população sobrevivente. Quando se observa a história da chegada dos povos arrancados de suas terras natais em África, falando idiomas diferentes, frutos de contextos políticos e sociais diferentes, com culturas diferentes – ainda assim encontraram na coletividade a cooperação e a possibilidade de sobrevivência em terras estranhas. A cooperatividade na educação infantil trata de aproximar as crianças do senso de coletividade que constitui a sociedade, de reconhecer o mundo físico como um mundo compartilhado por todos e não propriedade única de alguns.

Esse é o ponto que marca a construção de crianças antirracistas – indivíduos que se tornam sujeitos de suas histórias e encontram no mundo (para além da instituição família) a presença e importância do outro – enquanto ser e enquanto espaço, todos constituintes de um mesmo lugar social que coopera para manutenção e sobrevivência de um planeta e dos bens naturais que consome. Essa cosmovisão possibilita a aproximação de uma unidade – todos se sentem parte da mesma coisa apesar de serem diferentes entre si.

Trindade (2005) ainda traz no seu artigo a importância da ludicidade como pilar afrocentrado. Tratando o “gosto pelo riso, a celebração da vida” como marcas de um povo que deseja viver, apesar de todos os condicionantes e determinantes sociais da vida e sobrevivência desse mesmo povo.

(...) o lúdico surge como um tipo de experiência subjetiva, interna ao sujeito que brinca. Não é o brinquedo que contém a ludicidade, apesar de convidar a ela. É o indivíduo que a traz como possibilidade e a materializa quando se encontra plenamente envolvido na vivência lúdica, seja ela um jogo, uma dança ou qualquer coisa que mobilize suas forças criativas. Experiência que permite uma flexibilidade e uma alegria produtivas, não em sentido econômico, mas individual e social, porque possibilita o estabelecimento de novos patamares de convivência, baseados na alegria de estar vivo e de partilhar um mundo com os outros (CUNHA, 2016, p. 14-15).

2.2 A educação como caminho

A PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua realizada em 2017 e 2018 apontou Salvador como a terceira capital no ranking de maior percentual de escolarização na pré-escola (o que compreende o nível da educação infantil, na faixa de 4 e 5 anos de idade) com 98,4% das crianças matriculadas e frequentando alguma instituição seja ela pública ou privada. O município está muito próximo de alcançar a universalização de matrículas assim como Teresina que tem 100% das crianças matriculadas. As crianças

com faixa etária entre 0 e 3 anos que estão matriculadas são 44,9%, deixando a capital baiana em 5º lugar no ranking das capitais (IBGE, 2018).

O que esses números significam em termos práticos e como eles justificam a necessidade de uma educação infantil antirracista? Em matéria no site da Prefeitura Municipal de Salvador, o Secretário Municipal da Educação, Bruno Barral, afirma que

Os resultados confirmam o quanto nós temos avançado na universalização da pré-escola e na oferta de creches para as crianças, praticamente batendo a meta do PNE para 2024 nos anos iniciais, que de 50%. Ao todo, já foram construídas, reconstruídas ou reformadas 236 escolas na atual gestão e, recentemente, nós ampliamos o programa Primeiro Passo. Ou seja, mesmo avançando muito, Salvador não para de ampliar o acesso das crianças à escola, porque acreditamos que a educação é o melhor caminho (SMED, 2019).

A educação sempre ocupou o lugar de discurso como o melhor caminho e a responsável por diminuir desigualdade e equiparar diferenças. Aproximar as pessoas de um único objetivo, a obtenção de conhecimento, é o papel das instituições escolares. Porém é extremamente necessário reconhecer o lugar social e os condicionantes educacionais dessas crianças. Para além das questões sociais, as questões subjetivas também afetam o desempenho do aluno e com isso a permanência dele no sistema regular de educação formal.

Universalizar o acesso à escola é o papel do Estado, universalizar o pertencimento da criança a escola é papel da instituição escolar. Construir uma prática inclusiva, diversa, policultural, que respeita as subjetividades e especificidades das crianças em seus contextos sociais, raciais e econômicos é um desafio que pode vir a possibilitar a permanência da criança na escola em outros níveis escolares posteriores. Acessar o ambiente escolar, não significa acessar de maneira igualitária e equânime os conhecimentos disponíveis.

Segundo o IBGE (2018) a população da região do nordeste brasileiro é ¼ branca. Ou seja, mais de 60% da população é constituída de pessoas não-brancas: pretos e pardos, indígenas e outros. Como um sistema educacional pode ignorar as histórias desses sujeitos e acreditar que a educação chega a todos os indivíduos de maneira linear?

É importante se construir uma educação dentro de uma outra cosmovisão, para permitir que as crianças e todos os sujeitos envolvidos no processo educativo reconheçam o negro dentro de um contexto que valoriza sua vivência e sua intelectualidade. Tirar o negro do lugar alegórico-temático, e torná-lo sujeito e centro das práticas, valorizando sua história e o conhecimento produzido pelos povos de África e diáspora atual e historicamente.

Essa educação se constrói – primeiramente – aproximando o sujeito principal do processo educativo (nesse caso a criança) dos conhecimentos trocados na sala de aula. Quando o aluno reconhece a importância da escola, para além do lugar em que precisa obrigatoriamente estar, como um lugar que acolhe e entende seus condicionantes de vida, ele se aproxima da instituição e rompe com a maior dificuldade do sistema educacional – a permanência do aluno da escola.

Quando a criança entende a escola como um espaço acolhedor, a relação ensino-aprendizado se desloca do lugar bancário que costuma ocupar para o espaço dialógico em

que: a vida, a família, a história e a ascendência dessas crianças são parte da construção do acervo que pauta o conhecimento e desenvolvimento.

A educação hoje ainda é pautada dentro de uma perspectiva de colonização intelectual, em que os conhecimentos que constituem os currículos, nos diferentes níveis educacionais, são baseados em uma visão eurocêntrica dos fatos e acontecimentos e do poder branco sobre as descobertas intelectuais do mundo.

3 Considerações Finais

É necessário ir além do lugar alegórico cultural do 20 de novembro para falar sobre o ser negro nas escolas. O Dia da Consciência Negra foi transformado em semana, e em alguns lugares em mês (chamado de Novembro Negro) a fim de tratar das questões de autoafirmação e reconhecimento da negritude como uma identidade possível, em uma cidade em que a população em sua maioria é preta. Não existe um deslocamento do padrão civilizatório implantado pelos colonizadores e a construção intelectual e cultural é colocado em um lugar alegórico-temático. As escolas ainda tratam da imagem do outro, do intelecto embranquecido por epistemicídio e genocídio de povos importantes para a formação do Brasil e da cultura brasileira. Histórias que não são contadas e que não possibilitam que as crianças brasileiras se aproximem de reconhecer o Sankofa de suas trajetórias.

Instituições como as já citadas ilustram como é possível construir uma referência positiva para crianças negras e não negras sobre outras culturas e outras produções de conhecimento. Entender os processos naturais a partir da perspectiva ancestral indígena e aprender sobre respeito aos mais velhos e a natureza como as bases das religiões de matrizes africanas, não se afastam do que está programado nas bases curriculares, não diminui o acervo de referências de uma criança, e pelo contrário, soma-se as práticas pedagógicas eurocêntricas e respeitam as subjetividades e as diversidades que se encontram em cada sala de aula de cada escola da cidade da Salvador quando se trata de deslocar o monopólio do poder e do saber para que se aproxime um pouco mais das mãos de quem não detém dos privilégios raciais que são valorizados na sociedade brasileira.

O afrocentramento das práticas pedagógicas, não possibilita apenas a formação do ser, individual e identitário, mas qualifica e aumenta as perspectivas do saber e do poder, sem deixar de seguir as determinações legais para a educação infantil. Atribuindo uma diversidade maior e mais significado aos campos de experiências, e construindo uma dinâmica social que é essencial no panorama que visa diminuir as diferenças que a sociedade pauta pela hierarquização racial.

A possibilidade de combater o racismo desde o momento em que a criança está inserida na (muitas vezes) primeira instituição social para além da família, possibilitando que as identidades e subjetividades sejam construídas embasadas em uma dinâmica em que o eu e o outro são diferentes, mas isso não os categoriza como melhor ou pior. Um currículo afrocentrado possibilita que um espaço que costuma ser tão violento para crianças pretas as coloquem como detentoras do conhecimento sobre si e sobre o outro, e ilustra para as crianças não negras a possibilidade de reconhecer a universalidade de possibilidades do

“ser” e como o padrão branco não deve ser tratado como hegemônico. A ruptura dessa relação de poder baseada na detenção do conhecimento pode criar um ambiente mais confortável para vivência e desenvolvimento dessas crianças, obedecendo as leis, normas e portarias que constituem a base legal do sistema educacional.

Edmund Burk em sua celebre fala “um povo que não conhece a sua história está fada a repeti-la” aponta resumidamente a importância desse debate das relações raciais na educação infantil. Construir juntamente com as crianças uma perspectiva que positiva sua existência e a sua ancestralidade tende a produzir sujeitos conscientes de suas práticas sociais e de suas múltiplas identidades sociais. Esse processo pode servir como ponto de partida para a construção de ambientes e instituições mais equânimes e talvez um deslocamento dessa luta social pelo respeito e direitos do povo negro. O desafio é colocar dentro dos projetos pedagógicos aquilo que vem dito no samba enredo da escola de samba Mangueira, no ano de 2019,

“Brasil, meu nego
Deixa eu te contar a história
A história que a história não conta
O avesso do mesmo lugar
Na luta é que a gente se encontra
Brasil, meu denço
A Mangueira chegou
Com versos que o livro apagou
Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento
Tem sangue retinto pisado
Atrás do herói emoldurado
Mulheres, tamoios, mulatos
Eu quero um país que não está no retrato”.

Referências

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (**BNCC**). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf> Acesso em: 14 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 de dez de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm> Acesso 14 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 9 de jan. de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm> Acesso em: 14 jul. 2020.

BRASIL, Lei n° 10.645 de 10 de março de 2008. Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n° 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 11 de mar. De 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm> Acesso em: 14 jul. 2020.

CERQUEIRA, J. Írin Afrika: a mensagem subliminar esculpida em antigos portões. Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. 22 mai. 2016. Disponível em: <<https://ceert.org.br/noticias/africa/11650/irin-afrika-a-mensagem-subliminar-esculpida-em-antigos-portoes#:~:text=Sankofa%20%C3%A9%20um%20p%C3%A1ssaro%20africano,passado%20para%20ressignificar%20o%20presente.>> Acesso em: 18 ago. 2020

PROJETO político pedagógico. Escolinha Maria Felipa. Salvador: BA, 2020.

CUNHA, D. A. da. **Brincadeiras Africanas para a Educação Cultural**. Castanhal, Pa: Edição do autor, 2016. Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/196/1/Livro_BrincadeirasAfricanasEduacao.pdf> Acesso em: 01 set. 2020.

FANON, F. **Condenados da Terra**. Vol. 42. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1968.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017-2018**, 2018. Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf> Acesso em: 17 jul. 2020.

ILÊ AYÊ. Escola Mãe Hilda. Ações Sociais, 2020. Disponível em: <<http://www.ileaiyeoficial.com/acoes-sociais/escola-mae-hilda/>> Acesso em: 18 ago. 2020.

KARENGA, M. A função e o futuro dos estudos africanos: reflexões críticas sobre sua missão, seu significado e sua metodologia. In: Nascimento, E. L. (Org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 333-359.

LIMA, I. B. **A criança e a natureza: experiências educativas nas áreas verdes como caminhos humanizadores**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação). Departamento de Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, 2015. Disponível em: <<http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/214>> Acesso em: 18 ago. 2020.

MALANCHEN, J. Currículo e Pedagogia histórico-crítica: a defesa da universalidade dos conteúdos escolares. In: X ANPED SUL, 2014, UDESC Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: SC, out de 2014. p. 9. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/597-0.pdf> Acesso em: 14 jul. 2020.

MORENO, S. Cidade mais negra fora da África, Salvador completa 467 anos. **Agência Brasil**. Salvador, 29 de mar. de 2016 <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-03/os-467-anos-de-salvador-cidade-mais-negra-fora-da-africa>> Acesso em: 17 jul. 2020.

NFERI, A. Educação afrocêntrica como via de luta antirracista e sobrevivência na maafa. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**. N° 31. mai-out 2019.

NESP. Núcleo de Estudos de Saúde Pública. **Perfil do Município de Salvador/Ba: Análise do acesso e da qualidade da ação integral à saúde da população LGBT no Sistema Único de Saúde**. UNB. 2016. Disponível em: <http://www.nesp.unb.br/saudelgbt/images/arquivos/Perfil_Salvador.pdf> Acesso em: 14 jul. 2020.

PROJETO político pedagógico. Escolinha Maria Felipa. Salvador: BA, 2020.

SMED. Salvador é a terceira capital brasileira com maior percentual de escolarização na pré-escola. **Portal da Educação**. Salvador, 06 de ago de 2019. Disponível em: <<http://educacao.salvador.ba.gov.br/salvador-e-a-terceira-capital-brasileira-com-maior-percentual-de-escolarizacao-na-pre-escola/>> Acesso em: 17 jul. 22

TRINDADE. A. L da. Valores civilizatórios afro-brasileiros na educação infantil. Blog diversidade educação infantil. **Revista Valores Afro-brasileiro na Educação**. 2005. Disponível em: <<http://www.diversidadeducainfantil.org.br/PDF/Valores%20civilizat%C3%B3rios%20afrobrasileiros%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20infantil%20-%20Azoilda%20Trindade.pdf>> Acesso em: 14 jul. 2020